

Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX

Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi*
Carlos de Almeida Prado Bacellar**

No período marcado pela transição do trabalho escravo para o livre e pela expansão da cafeicultura no território paulista foram realizadas várias tentativas de conhecer os efetivos populacionais e demais estatísticas da Província de São Paulo. Três delas, ocorridas respectivamente em 1836, 1854-55 e 1886, tiveram seus resultados sistematizados, impressos e publicados. O contexto e o conteúdo desses levantamentos regionais, o discurso de seus idealizadores e realizadores, e as “venturas e desventuras” na execução e no uso desses censos são objeto de análise do presente artigo.

Art. 1º – de cinco em cinco anos, no dia 1º de Julho, os Juizes de Paz procederão ao arrolamento de todas as pessoas existentes em seus distritos, especificando as naturalidades, idades, condições, estados e ocupações, e o número dos que sabem ler e escrever. Este arrolamento será feito pelo modelo que o Governo da Província der. (Lei n. 24, de 19 de fevereiro de 1836 – Estabelece a maneira de proceder-se ao arrolamento de todas as pessoas existentes nesta Província.)

Introdução

Um olhar sobre a legislação e os relatórios de presidentes de províncias brasileiras durante o período imperial revela o interesse e a preocupação das autoridades do Império e dirigentes provinciais em conhecer o efetivo populacional e as demais estatísticas socioeconômicas, geográficas e administrativas nacionais e regionais. As autoridades tinham consciência da necessidade de organização de censos periódicos, da sua importância para a administração geral e local e para a execução de políticas públicas. Durante um certo período, os censos foram propostos

também com o objetivo de indicar o número de eleitores de cada paróquia¹.

No entanto, ao longo do período imperial, principalmente entre 1830 a 1872, a prática de recensear os habitantes do país e das províncias foi quase que abandonada. A realização de levantamentos populacionais, sempre que proposta, esbarrava na falta de pessoal qualificado e na ausência de recursos técnicos e financeiros para levar a efeito uma tarefa complexa em um país de dimensões continentais, onde os meios de comunicação e transporte eram extremamente precários².

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

** Pesquisador do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL) da USP e professor do Centro Universitário FIEO, Osasco.

¹ A Lei n. 387, de 19 de agosto de 1846, que tratava da “maneira de proceder às eleições de Senadores, Deputados, membros das Assembléias Provinciais, Juizes de Paz e Câmara Municipais”, previu em seu artigo 107 a realização periódica do arrolamento geral da população do Império. Com intervalos de oito anos, este arrolamento serviria para determinar o número de eleitores de cada paróquia (Botelho, 1999, p. 36).

² Apesar da longa experiência passada de levantamento de listas nominativas, desde 1765 até a Independência, o crescimento demográfico e econômico e, principalmente, o desmanche da infra-estrutura de realização desses levantamentos, com a extinção das companhias de ordenanças, tornaram complexa a implantação de novos procedimentos de recenseamento.

Apesar das dificuldades, em 1872 realizou-se o primeiro recenseamento de caráter nacional no Brasil – o único do Império. No plano regional, algumas províncias e localidades conseguiram concretizar, com maior ou menor êxito, um ou mais levantamentos de sua população no período imperial.

Na Província de São Paulo, várias tentativas foram empreendidas no sentido de conhecer os efetivos populacionais e demais estatísticas provinciais. Três delas, realizadas, respectivamente, em 1836, 1854-55 e 1886, graças aos esforços de seus organizadores, chegaram a termo e tiveram seus resultados sistematizados e publicados logo após sua conclusão. São esses levantamentos regionais, ocorridos em um período marcado pela transição do trabalho escravo para o livre e pela expansão da cafeicultura no território paulista, que merecem aqui a nossa atenção. De modo particular, propomo-nos a percorrer os dados de caráter demográfico encontrados nessas publicações, apontando suas potencialidades e dificuldades.

O presente artigo é fruto de um trabalho minucioso de observação/comparação e análise das estatísticas populacionais publicadas. Nesse sentido, seus resultados refletem a diversidade de variáveis demográficas e cruzamentos entre as mesmas encontrados nessas publicações, bem como a documentação de época (leis, relatórios etc.) localizada até o momento para ilustrar e/ou fundamentar nossa análise. Desses fatores resultam os “desequilíbrios” observados no delineamento e análise de cada um desses censos e dos condicionantes sob os quais foram pensados e executados. Por exemplo, sabemos mais sobre o levantamento de 1836 do que sobre os outros.

Contexto e conteúdo

O primeiro desses levantamentos foi realizado durante o período descentralizador

da Regência, quando foram transferidas às províncias tarefas até então de responsabilidade exclusiva do poder central, dentre elas a organização das estatísticas demográficas³. Entre 1835 e 1837, a Assembléia Legislativa paulista decretou e o presidente da Província sancionou outras leis que permitiram ao marechal Daniel Pedro Müller organizar a estatística da Província de São Paulo⁴. Esse processo culminou com a publicação, em 1838, do *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*, onde Müller apresentou, de forma organizada e sistematizada, os resultados dos levantamentos realizados nos anos de 1835 e 1836.

Em discurso por ocasião da abertura da Assembléia Provincial em 1835, o presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, procurou justificar a empreitada do amplo levantamento:

[...] como sem ella se conhecerá a prosperidade, ou fraqueza do paiz, sua extensão, suas producções, sua população, sua industria, commercio interno e externo, etc.? Como poderá o Governo calcular, e comparar as diversas fontes de riqueza, todos os ramos da fortuna pública, e outros muitos objectos? Como applicar com segurança, ou modificar os princípios administrativos, segundo as necessidades, e circumstancias peculiares, fundado no raciocínio, e na comparação dos factos? Como finalmente conceber, e executar projectos de melhoramentos sem ter certeza dos meios próprios á sua disposição? O Governo pois n'esta convicção procurou logo colher todos os dados para a organização do quadro Estatístico da Província [...] ⁵.

O índice geral do *Ensaio* (Anexo 1) revela, de imediato, a riqueza das informações reunidas por Müller, informações que são reconhecidamente fundamentais para o entendimento daquele contexto histórico e que vêm sendo amplamente utilizadas pelos pesquisadores, principalmente por aqueles que se interessam pela história demográfica e econômica paulista.

³ Lei nº 38, de 3 de outubro de 1834, e Ato Adicional, artigo 11, parágrafo 5 (Botelho, 1999, p. 35).

⁴ Lei nº 16, de 11 de abril de 1835; Lei nº 24, de 19 de fevereiro de 1836; Lei nº 76, de 10 de março de 1837.

⁵ *Discurso em que o Exmo. Presidente Rafael Tobias de Aguiar abriu a sessão da Assembléia Provincial no dia 2 de fevereiro de 1835*. São Paulo, Typographia do Governo, 1835, p. 13.

Por volta de 1830 e até o primeiro recenseamento geral do Brasil (1872), a prática de recensear os habitantes foi quase abandonada [...]. No plano regional, no entanto, alguns projetos de recenseamento foram concretizados [...]. Dentre todos eles, o recenseamento provincial que merece maior confiança, o mais bem planejado e executado, foi certamente o da Província de São Paulo, cujos trabalhos foram coordenados pelo engenheiro Daniel Pedro Müller, em 1836. Baseou-se ele nos serviços dos juizes de paz dos municípios da região, “a quem dirigiu as operações de levantamento demográfico, com sabedoria, ciência e visão, e em seguida tabulou seus resultados em quadros gerais diferenciados da população. Para auxiliá-lo foi constituída uma comissão especial” [cf. *Atas da Câmara Municipal de São Paulo* (1836), v. 29, p. 82-84]. (Marcílio, 2000, p. 41-42)

Em 1936 temos o relatório mais sério da época sobre a população da Província de São Paulo. Referimo-nos ao trabalho de Müller, cujos dados são colhidos em 1835 e 1836. (Camargo, 1981, p. 20)

O ano de 1836 deveria ser olhado como um marco nos relatórios referentes à população paulista, porque o marechal D. P. Müller publicou nesta época para São Paulo o mais importante e mais completo relatório até esse tempo organizado [...]. Realmente, as discrepâncias a que o autor se refere não são muito grandes, exceto em um pequeno número de municipalidades. Sua franqueza, reconhecendo a natureza aproximada de suas tabulações, é admirável e excepcional. É fora de dúvida que nenhum relatório da população da província referente a qualquer período anterior ou a algumas décadas subseqüentes é digno de tanta confiança [...]. (Lowrie, 1939, p. 47-48)

Para os estudiosos da população paulista, o *Ensaio* reveste-se de uma importância especial porque é o *primeiro levantamento populacional publicado* para São Paulo no século XIX e o *único* para a primeira metade desse século. Devido à sua importância para a história paulista, mereceu, no decorrer do tempo, duas edições *fac-similares* – a primeira em 1923 e a segunda em 1978 –, o que garantiu a

um maior número de pesquisadores o acesso às suas informações⁶.

As estatísticas populacionais presentes no *Ensaio* estão desagregadas para cada um dos 46 municípios que compunham então a Província de São Paulo, a qual somava ao atual território paulista aquele que tinha como núcleo as *ciudades* ou *villas* hoje pertencentes ao atual Estado do Paraná e que na época formavam a 5ª Comarca da Província de São Paulo⁷. Para a capital da Província as informações encontram-se desagregadas por freguesia e capela curada (Anexo 2).

Todas as informações demográficas sistematizadas por Müller encontram-se agregadas e impressas nas *Tabella n° 5* e *Tabella n° 6* e seus respectivos apêndices.

A *Tabella n° 5 – População da Província – Cidades e Villas – Classificação por Idades* contém informações sobre a população de cada município por condição social (livre e escrava), segundo sexo e grupos etários de dez anos. Nela encontra-se, também, o número de fogos para cada município. Na “continuação” desta tabela, as mesmas informações são repetidas para a “Cidade e seu termo”, isto é, para as freguesias e capela curada da capital paulista.

O *Apêndice à Tabella n° 5 – População da Província – Classificação por Estados* traz, para cada município, o total de casados, viúvos e solteiros, estes últimos subdivididos em menos de 30 anos e mais de 30 anos, mas não desagrega segundo sexo e idade. A “continuação” deste apêndice, denominado *Discriminação por Classes*, classifica a população dos municípios e a das freguesias e capela curada da Cidade de São Paulo nas categorias brancos, índios, pardos livres, pardos cativos, pretos crioulos livres, pretos crioulos cativos, pretos africanos livres e pretos africanos cativos, segundo o sexo.

A *Tabella n° 6 – Casualidades da População* relaciona, para cada município e para as freguesias e capela curada da Cidade de São Paulo, o número de

⁶ A 2ª edição fac-símile do *Ensaio* foi publicada em 1923 pela Secção de Obras d'Estado de São Paulo e a edição de 1978 (3ª edição), pelo Governo do Estado.

⁷ A Província do Paraná foi criada em 1853.

casamentos, nascimentos e óbitos segundo condição social (livres e cativos) e o número de expostos segundo a cor (brancos e de cor). A “continuação” desta tabela traz, para aqueles mesmos locais, o número de nascimentos e de óbitos e a diferença entre estes, o que Müller denominou de “excesso”.

O *Appendice á Tabella nº 6 – Classificação dos Nascimentos e Óbitos por Sexos* arrola o número de nascimentos e óbitos segundo a condição social (livre e escrava) e o sexo.

O segundo levantamento estatístico provincial publicado em meados do século XIX foi organizado por José Joaquim Machado de Oliveira nos anos de 1854 e 1855. Muito provavelmente, sua realização não só atendia a uma circular de 1854 do Ministério do Império solicitando estimativas das populações provinciais, mas também refletia uma série de esforços que vinham sendo envidados desde 1850 pelos governos imperial e provincial visando à realização do Censo Geral do Império e do Censo da Província, respectivamente, e à implementação do Registro Civil, iniciativas que não foram bem-sucedidas⁸. Tais esforços certamente tinham a ver com o momento de grandes transformações que marcou o início de uma nova fase da história brasileira e paulista.

A realização e a publicação dos resultados desse levantamento revelam, sem dúvida, a preocupação das autoridades em conhecer as estatísticas da Província nesse momento especial, marcado, no plano político, pela centralização do poder e consolidação do Segundo Reinado.

O projeto centralizador, em curso graças ao avanço das proposições dos conservadores, refletiu-se nos esforços de organização dos trabalhos estatísticos. As décadas de 1850 e 1860 foram, assim, marcadas por dois movimentos: de um lado, temos a tentativa de realização do censo geral do Império; de outro, ocorreu a disseminação de repartições provinciais responsáveis pela estatística. Aparentemente díspares, estes movimentos na verdade foram convergentes. (Botelho, 1999, p. 38)

No plano socioeconômico, esta iniciativa está evidentemente relacionada ao crescimento da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba e seu avanço em direção ao Velho Oeste Paulista, bem como à decretação da lei de terras, da lei de ferrovias, ao fim do tráfico negreiro (ocorridos em 1850) e ao início das primeiras experiências de introdução de mão-de-obra livre estrangeira em São Paulo.

Tal como em 1835, o presidente da Província, José Thomaz Nabuco de Araújo, procurou justificar a iniciativa diante da Assembléia:

Como se não pode legislar, e administrar sem uma Estatística? No exercício de vossas funções importantes sentireis a mesma dificuldade, que, como administrador, tenho sentido, embaraçado á cada passo pela ignorância dos factos, os quaes alias registrados, comparados, observados, e moralizados habilitarião para legislar e administrar com certeza, e não vagamente, com conhecimento de causa, e não por informações fundadas em dados que pela anciedade e urgência da occasião são mal colligidos, falsos, ou inexactos⁹.

Considerado por Camargo (1981, p. 20) como a “mais aceitável fonte sobre a

⁸ A Lei Orçamentária de 1850, para valer no ano de 1851 a 1852, incluiu um parágrafo autorizando o governo a “despender o que necessário for a fim de levar a efeito no menor prazo possível o Censo Geral do Império, com especificação do que respeita a cada uma das Províncias; outrossim para estabelecer registros regulares dos nascimentos e óbitos anuais”. Em 18 de junho de 1851 foram aprovados os regulamentos do censo e do registro dos nascimentos e óbitos. Lei nº 586, de 6 de setembro de 1850: “Manda reger no exercício de 1851 a 1853 a Lei do Orçamento nº 555, de 15 de junho do corrente anno”; Decreto nº 797: “Manda executar o regulamento do registro dos nascimentos e óbitos” (Botelho, 1999, p. 31). Em âmbito provincial temos o art. 9 da Lei de Orçamento, de 7 de maio de 1851, em que a Assembléia Provincial autoriza o governo a encarregar uma pessoa habilitada da execução de uma nova estatística. O Censo Geral do Império e o estabelecimento do registro regular dos nascimentos e óbitos anuais, autorizados em 1850, acabaram não sendo executados. Incompreendidos pela população, que esboçou um movimento de perturbação da ordem pública, sua execução foi suspensa por um decreto de janeiro de 1852 (Botelho, 1999, p. 40).

⁹ *Discurso com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Thomaz Nabuco d'Araujo, presidente da Província de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de Maio de 1852*. São Paulo, Typographia do Governo, arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852, p. 38.

população paulista das situadas entre o trabalho de Mueller [sic] e o recenseamento de 1872”, os resultados desse censo de 1854 encontram-se sob a forma de quadros muito extensos, inseridos nos *Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva, presidente da Província de S. Paulo, instruiu o relatório da abertura da Assembléa Legislativa Provincial do dia 15 de fevereiro de 1855* e nos *Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Antonio Roberto d’Almeida, vice-presidente da Província de S. Paulo, instruiu o relatório de abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1856*. Dentre aqueles quadros, os que nos interessam diretamente são:

- *Quadro estatístico da população da Província de São Paulo recenseada no ano de 1854* – apresenta a população de São Paulo por “povoações” (cidades, vilas, freguesias e capelas curadas) segundo grupos etários decenais, desagregados em livres, escravos e estrangeiros, por estado conjugal e sexo.
- *Quadro estatístico do movimento da população da Província de São Paulo durante o ano de 1854* – traz o número de nascimentos e óbitos segundo a condição social (livre e escravo) e sexo, os casamentos ocorridos, também segundo a condição social, e ainda arrola o número de “expostos” segundo a cor e o sexo.
- *Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes* – classifica os estabelecimentos rurais em fazendas de café, fazendas de açúcar e fazendas de criação de gado; para cada um desses itens fornece, para cada município, o total de fazendas e o número de trabalhadores (subdivididos em agregados, colonos e escravos para as primeiras, e agregados e escravos para as últimas). Para as fazendas de café e açúcar, arrola o número de animais utilizados na condução da colheita,

o total de arrobas da colheita do ano, a importância em réis da colheita do ano e o total em léguas quadradas dos terrenos. Para as fazendas de criação de gado traz, ainda, a produção do gado no ano, o número de rezes vendidas no ano, a importância em réis das vendas das rezes e também o total em léguas quadradas dos terrenos das fazendas.

- *Mappas das colonias existentes na Província de São Paulo no anno de 1855* – estampam a população de cada colônia segundo a nacionalidade, grupo etário decenal e sexo.

Finalmente, o terceiro levantamento específico para a Província de São Paulo do período imperial foi realizado em 1886 e publicado em 1888, momento em que a escravidão e o regime imperial estavam chegando ao fim e a imigração européia em direção ao Brasil entrava em ritmo acelerado e crescente devido à política de subsídios à imigração, para atender às necessidades da cafeicultura paulista. Esta, consolidada no Velho Oeste Paulista e em expansão para áreas mais a oeste da Província, fazia-se acompanhar pelo avanço da rede ferroviária, da urbanização e da industrialização.

O levantamento de 1886, que segundo Camargo (1981, p. 21) merece mais fé do que o Recenseamento Geral de 1890, foi realizado pela Comissão Central de Estatística da Província de São Paulo, criada por ato do presidente provincial de 9 de janeiro daquele ano para proceder ao recenseamento geral na província no dia 30 de setembro seguinte, organizar as estatísticas vitais levantadas nos anos de 1883 a 1886 nas paróquias, e fazer o levantamento das divisas municipais, dos aspectos geográficos e econômicos, da história, instrução e divisão eclesiástica de cada município.

Os resultados desse levantamento, em que se destacou o desempenho de Adolpho Augusto Pinto, foram sistematizados no *Relatório apresentado ao Exm. Sr. presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística* (1888),

compostos de três partes. A primeira – *População* – traz informações sobre a estrutura e dinâmica da população livre e/ou escrava; a segunda – *Território e População* – apresenta uma análise geral dos dados descritos na primeira parte em nível de província, incorporando informações relativas à economia provincial; a terceira parte – *Municípios* – arrola, para cada um dos municípios paulistas, informações resumidas sobre divisas municipais, aspectos físico-geográficos, história, número de habitantes, agricultura e pecuária, comércio e indústria, instrução, divisão eclesiástica, distâncias entre o município e seus vizinhos.

A primeira parte, que nos interessa no momento, está por sua vez subdividida em outras quatro:

(1) *População*. Contém os resultados, em nível de município, do recenseamento geral realizado na província no dia 30 de setembro de 1886. Nessa parte encontramos, primeiramente, para cada município e suas respectivas paróquias, um quadro com o número de habitantes para os anos de 1872 e 1886. Em seguida, somente para o ano de 1886, encontramos uma série de quadros que arrolam as informações para a maioria dos municípios, sem desagregá-las por paróquias:

- (a) *População por sexos, cores e estado* – na coluna cores a população é desagregada em: branca, cabocla, parda e preta.
- (b) *População por idades* – os grupos etários estão subdivididos em: de 1 a 5 anos; 6 a 15 anos; 16 a 30 anos; 31 a 50 anos; 51 a 70 anos; maiores de 70 anos.
- (c) *População relativa à instrução e religião* – a coluna instrução está subdividida em: tem instrução primária; tem instrução secundária; tem instrução superior e relação % dos que têm instrução para o total da população; a coluna religião, em católicos e acatólicos.
- (d) *Habitantes com enfermidades aparentes* – estes se subdividem em:

alienados, aleijados, cegos, morféuticos e surdos-mudos.

- (e) *População por nacionalidades* – neste quadro a população encontra-se dividida em: brasileiros, italianos, portugueses, alemães, austríacos, espanhóis, franceses, ingleses, africanos e outras nacionalidades.
- (f) *População por fogos* – neste quadro encontram-se as seguintes colunas que arrolam: número de fogos; chefes de família proprietários da casa que habitam; chefes de família não proprietários da casa que habitam; indivíduos por fogo e total de habitantes.

(2) *Movimento do Estado Civil*. Ao contrário dos dados sobre a estrutura da população, que se encontram publicados em nível municipal, os resultados obtidos no levantamento dos registros vitais (nascimentos, casamentos e óbitos) encontram-se agregados em nível paróquial, por município, para os anos de 1883-84, 1884-85 e 1885-86. Além dos totais de nascimentos, casamentos e óbitos, há um quadro que arrola as médias anuais, deduzidas dos totais registrados nos três anos de 1883-84, 1884-85, 1885-86, dos nascimentos, casamentos e óbitos por 1.000 habitantes. Além disso, outros quadros trazem em médias móveis as seguintes informações: nascimentos desagregados segundo sexo e segundo filiação e relação percentual dos ilegítimos para os legítimos; casamentos segundo estado civil anterior do cônjuge (discriminados em total de casamentos de solteiros com solteiras, viúvos com viúvas, solteiros com viúvas, viúvos com solteiras); casamentos segundo a nacionalidade (brasileiros com estrangeiras e estrangeiros com brasileiras) e ainda o total de casamentos de primos co-irmãos; óbitos desagregados por sexo, grupos etários, estado civil e condição social.

(3) *Escravos e Filhos Livres de Mulher Escrava*. Aqui o relatório apresenta um “resumo geral dos escravos matriculados até 30 de março de 1887”, que contém o total de escravos para cada município

segundo sexo, grupo de idade, estado civil e domicílio (rural e urbano)¹⁰. Em seguida, há um quadro com os valores dos escravos segundo grupos de idade para os municípios, exceto os listados anteriormente. Neste item o relatório traz também, por município, os filhos livres de mulher escrava matriculados e averbados até 30 de junho de 1886, por sexo, discriminando-os em: “matriculados”, “averbados por motivo de falecimento”, “entrados de outros municípios”, “de quantos consta a renúncia dos senhores das mães e existentes”¹¹.

(4) *Migração e Colonização*. Com este título, o relatório enumera, para a província como um todo, os “immigrantes entrados na Província de São Paulo que gosaram dos favores concedidos pelas leis provinciais no período decorrido de 1882 a 1887”, segundo sexo e nacionalidade, e conta os imigrantes menores de 12 anos. Nesta parte encontram-se também informações sobre a população dos núcleos coloniais de S. Bernardo, S. Caetano e Sant’Anna, segundo sexo, estado civil, grupo de idade, religião, instrução, nacionalidade e profissão. Neste item ainda existem informações sobre os lotes demarcados e distribuídos nesses núcleos nos anos de 1878, 1879, 1886 e 1887, bem como sobre o cultivo, a produção e o valor da produção desses núcleos no ano de 1887.

Venturas e desventuras na realização e no uso dos censos provinciais do século XIX

Reconhecer o valor desses levantamentos não implica, no entanto, que eles possam ser utilizados sem uma prévia análise crítica de seus dados e desconhecendo-se os condicionantes sob os quais foram realizados, como muitas

vezes tem ocorrido. Eles contêm erros e lacunas, o que exige do estudioso muita cautela no seu manuseio e análise.

Muitos desses erros e lacunas são reconhecidos pelos próprios organizadores desses levantamentos, que lamentam as dificuldades encontradas, ao mesmo tempo em que reconhecem o valor do trabalho realizado. Müller, por exemplo, abre sua obra com uma advertência:

A falta de clareza e uniformidade em algumas das tabellas e informações remetidas pelas Autoridades locais, e a demora da remessa d’outras que se referem ao anno de 1836, e que pela mór parte não são senão extractos de rões formados em 1835, são razões que nos obrigão a declarar que não convem depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos, que servirão de base ao presente ensaio, e que apenas se deverá contar com alguma aproximação á verdade. Nem porisso comtudo se deverá ter por absolutamente improficuo este trabalho, pois quando mais não fosse, serviria elle para illustrar as pessoas menos intelligentes, que (mormente em alguns logares centraes) são encarregadas de prestarem as informações, as quaes á vista deste ensaio orientar-se-hão no methodo com que hão de organizar as tabellas, e satisfazer aos quesitos sem as superfluidades que muitas d’essas informações têm até agora contido, e que difficultão, mais do que á primeira vista se cuida, a refusão e organização d’esses trabalhos parciaes.

Confiamos pois, que excusando-se nos os erros e faltas, que tiverem escapado n’este ensaio, e muitos dos quaes podem ser emendados, depois d’elle revisto pelos Illustrados Membros da Assembléa Provincial, additando-se em notas o que parecer conveniente, não se terá por de nem um preço o zêlo e cuidado que havemos empregado no desempenho da tarefa que nos foi incumbida, e que para ser árdua, bastava ter sido tentada pela primeira vez n’esta Província.

¹⁰ Para dez municípios não existem estas informações porque, “com exceção de Itanhaem e São Vicente, nos quaes nenhum escravo foi matriculado, são de instalação recente, figurando os respectivos escravos como pertencentes aos municípios de que foram desmembrados”. Os demais municípios são: Bom Sucesso (extinto em 1934), Espírito Santo da Boa Vista (Angatuba), Espírito Santo do Turvo, Patrocínio do Sapucahy (Patrocínio Paulista), Santa Cruz das Palmeiras, São José do Rio Pardo, São José dos Campos Novos (Campos Novos Paulista), São Manoel do Paraíso (São Manuel).

¹¹ Não há informações para os mesmos oito municípios anteriores e também para Piracicaba, São José do Rio Pardo e São Sebastião da Boa Vista (Mococa). Há, no entanto, informações para Itanhaem e São Vicente.

Sobre como os organizadores do levantamento de 1854 viam o trabalho que realizaram e suas lacunas, temos ainda muito pouca informação. Nas notas do *Quadro estatístico do movimento da população da Província de São Paulo durante o anno de 1854* é possível observar, no entanto, que eles tinham consciência dos problemas enfrentados.

Nota:

(a) Não vierão as informações exigidas. [23 casos de freguesias]

(b) Declara o Párocho que não póde haver exactidão nas informações prestadas, porque encontráva omissões nos assentamentos feitos pelo seu antecessor. [02casos]

(c) Foi devolvido por inexacto o quadro dado pelo Párocho. [01 caso]

Observação: Queixão-se quasi geralmente os Parochos, que havendo a grandes distâncias das matrizes diversos oratórios provisionados, e cemitérios nalgumas pequenas povoações e fazendas, nelles se administrão sacramentos, e fazem-se enterros sem que se procedão aos necessários assentamentos, e nem se fação as devidas participações aos mesmos Parochos.

Muito provavelmente, o recurso ao trabalho não remunerado de encarregados do recenseamento deve ter resultado em má vontade ou pouco empenho em produzir dados fiéis. Não parece ser outro o motivo que levou o presidente da Província, em seu discurso à Assembléa Provincial, a solicitar autorização para “impor multas ás Autoridades que recusarem os esclarecimentos necessarios á confecção da Estatística”¹².

Nossa análise dos quadros que se referem à estrutura e dinâmica da população revelou que no *Quadro estatístico da população da Província de São Paulo recenseada no anno de 1854* faltam informações para 16 freguesias e 8 capelas curadas, e que no documento original *Quadro estatístico do movimento da*

população da Província de São Paulo durante o anno de 1854 não aparecem relacionadas as mesmas capelas curadas citadas como sem informação no quadro anterior. Em resumo, no primeiro quadro, são 4 os municípios sem informação nenhuma e 19 os com informações parciais. Destes, 14 trazem dados para a freguesia sede do município e não para outras freguesias ou capelas curadas desse município e em 5 ocorre o inverso, isto é, não há dados para a freguesia sede.

Com referência ao censo de 1886, também encontramos na introdução do *Relatório apresentado ao Exm. Sr. presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística* (1888) trechos relatando as dificuldades encontradas na realização do levantamento:

Assoberbada, porém, por difficuldades de todo genero, sem o auxilio de corporação technica, de carater scientifico ou administrativo, que pudesse encaminhar-lhe o passo ou explanar-lhe os accidentes do caminho, obrigada a esclarecer-se por si, a juntar peça por peça todo o material necessário á construcção e urdidura do trabalho de que se tinha incumbido, a Commissão provavelmente teria desanimado se não fôra a inexcedível e perseverante dedicação de um de seus membros, o illustrado Sr. Dr. Adolpho Augusto Pinto, a cujos excepcionaes esforços deve ella o ter superado mil difficuldades que se lhe autolhavam invencíveis.[...]

Tendo sido a execução do trabalho [desse censo] confiada a sub-comissões municipaes nomeadas pelo Governo ás quaes foram em tempo fornecidas as listas de família e as necessárias instrucções para a sua distribuição e arrecadação, cumpre declarar que, a par da desvelada solicitude com que em geral ellas se desempenharam da tarefa, algumas houve que não tomaram o caso na devida consideração, deixando assim de proceder-se ao recenseamento, regularmente pelo menos, em alguns municípios, cuja população felizmente poude ser calculada com sufficiente aproximação, por meios indirectos [...]¹³.

¹² Discurso com que o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Dr. José Thomaz Nabuco d'Araujo, presidente da Província de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de Maio de 1852. São Paulo, Typographia do Governo, arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852, p. 39.

¹³ Relatório apresentado ao Exm. Sr. presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística. Introdução. São Paulo, Leroy Link Boowalter, Typographia King, 1888, p. III-IV.

Muito provavelmente baseados nas experiências anteriores, os homens públicos de São Paulo sabiam que a proposta de recensear a população não seria tarefa fácil:

Si, por diversos motivos, o recenseamento encontra grandes obstáculos nas nações mais adiantadas, com maioria de razão em paiz novo, de população disseminada por extensas regiões, no seio de gente geralmente sem conhecimento ou exacta compreensão de trabalhos desta natureza não podiam deixar de ser difíceis as condições em que se devia executar o serviço¹⁴.

A princípio, o censo fora marcado para ser realizado simultaneamente em todos os municípios no dia 30 de setembro de 1886, mas em janeiro de 1887 o presidente da Província revelou haverem sido recebidas informações completas de somente 55 municípios (de um total de 122), além de quatro outros com informações parciais ou incompletas. Preocupado, ele escreve:

Como se vê, não poucos municípios, e alguns dos mais importantes, que deixaram de acudir, na data aprazada, ao appello da comissão central. Esta, porém, tomou as medidas convenientes para sanar taes lacunas, e levou os factos ao meu conhecimento. Approvei o alvitre, único que se me afigurou applicavel ao caso, de se mandar proceder de novo ao recenseamento nos municípios que o não tinham feito opportunamente, autorizando as sub-comissões locais a gratificarem os agentes recenseadores, de maneira a não exceder a despeza, para os maiores municípios, de duzentos mil réis¹⁵.

Mesmo com essa insistência, 37 comissões deixaram de proceder ao recenseamento de seus respectivos municípios. Em outros termos, 30% dos 122 municípios não responderam ao censo, inclusive municípios importantes na época, como Campinas, Jundiaí, Rio Claro, Limeira, Santos e outros. Até o momento, desconhecemos o porquê de tal atitude.

Com relação aos registros vitais, de um total de 163 paróquias, apenas 15 (7,4%) não responderam às informações solicitadas. Sobre a coleta dos mesmos, o relato da comissão censitária é bastante elucidativo:

Para a execução d'esta parte do trabalho, dirigiu-se a Comissão, por intermédio do Excellentissimo Prelado Diocesano, a todos os parochos da província dos quaes solicitou os dados relativos aos nascimentos, casamentos e óbitos havidos durante o triennio decorrido de 1883-84 a 1885-86.

Correspondendo ao appello feito, os dignos sacerdotes quasi unanimemente se dignaram prestar as informações solicitadas, enchendo e devolvendo os mappas que lhes enviára a Comissão.

Conhecidos os algarismos absolutos de nascimentos, casamentos e óbitos havidos na Província, por parochia, no período acima referido, e, comparando taes algarismos com os da população, nas parochias em que se procedera ao recenseamento regularmente, fácil foi deduzir os coefficients geraes de nascimentos, casamentos e obitos, e por meio d'elles chegar ao conhecimento da população dos poucos municípios em que a estatística da população deixara de ser levantada¹⁶.

Além dos problemas apontados e reconhecidos pelos executores dos levantamentos populacionais regionais do século XIX, vários autores contemporâneos também chamaram a atenção para imprecisões contidas nos mesmos. Para Marcílio (1973, p. 84), “o sistema não tinha nem equilíbrio, nem coerência; por consequência, os resultados obtidos, embora instrutivos, não são seguros, nem completos”. Luna (2002), analisando as variáveis econômicas do levantamento de Müller, comenta:

Embora o recenseamento divulgado por Müller represente um documento fundamental no estudo da Província de São Paulo, os resultados obtidos apontam a

¹⁴ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província, Barão do Parnaíba, no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo, Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887, p. 104.

¹⁵ *Idem*, p. 105.

¹⁶ Relatório apresentado ao Exm. Sr. presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística. Introdução. São Paulo, Leroy Link Boowalter, Typographia King, 1888, p. IV.

necessidade de efetuar-se uma crítica criteriosa quanto à utilização dos seus dados, pois infelizmente identificam-se erros e há dificuldades em entender claramente os procedimentos adotados na agregação dos números que as vilas enviaram aos responsáveis pelo censo.

Camargo (1981, p. 20-21), reportando-se aos levantamentos do século XIX no clássico trabalho onde relaciona população e economia, reconhece neles muitos erros e lacunas, mas, igualmente, sua importância para a compreensão do século XIX paulista.

Apesar de os autores reconhecerem as falhas existentes, desconhecemos, até o momento, um esforço concentrado em busca de uma análise mais criteriosa dos números disponíveis nesses levantamentos. Por isso nos propusemos a percorrer esses números e identificar, com maior grau de detalhes, as inconsistências existentes.

Refizemos as somas das tabelas de cada um desses documentos, comparamos os dados e as tabelas umas com as outras e, para nosso desapontamento, descobrimos uma série de erros de agregação e/ou transcrição dos números. É muito difícil precisar se os erros observados são erros de soma cometidos pelos organizadores na época ou erros de transcrição do material manuscrito para o impresso, no momento

do preparo da publicação. Em alguns casos, é fácil perceber que, na hora da transcrição, houve troca de algarismos – por exemplo, de 1 e 7 por 4 ou vice-versa, 2 e 0 por 9, 2 por 22, ou 334 por 234. Em outros, parece haver problemas de transcrição ou agregação, já que o erro implica, geralmente, acréscimo ou decréscimo de dezena ou centena. Em certos casos, ainda, é possível reconhecer uma inversão de linha ou coluna nos números transcritos. Para muitos, no entanto, é impossível decifrar a origem da incorreção, uma vez que não se tem acesso aos originais das tabulações.

Uma análise mais detida dos dados publicados no *Ensaio* de 1836 revela problemas adicionais. Verificamos que para 11 municípios dos 46 arrolados, e para duas das dez freguesias da capital da província, os totais recalculados não coincidem com os totais impressos no *Ensaio* (Quadros 1 e 2).

Comparando os totais do *Appendice á Tabella nº 5 – Classificação por Estados* com os da *Tabella nº 5 – Classificação por Idades*, observamos que em apenas três municípios os totais não conferiam: Santo Amaro (5.131 e 5.431, respectivamente), São Carlos, atual Campinas (6.680 e 6.689) e Itu (1.101 e 1.146). No *Appendice*, chama a atenção o

QUADRO 1
Localidades com erros de agregação

Localidade	Total pop. <i>Ensaio</i>	Total pop. recalculado	Diferença
Pindamonhangaba	7.915	7.882	- 33
Parahybuna	3.169	3.189	+20
Mogy das Cruzes	10.472	10.482	+10
Santa Izabel	2.860	3.260	+400
Cidade [São Paulo]	21.933	21.833	- 100
Santo Amaro	5.431	5.231	- 200
Jundiahy	5.875	5.785	- 100
Franca do Imperador	10.664	10.667	+3
Itapeva	4.039	4.149	+110
Iguape	9.396	9.336	- 60
São Vicente	745	805	+60
Freg. da Sé	5.668	5.669	+1
Freg. do Braz	659	658	- 1
Província	326.902	326.592	- 310

QUADRO 2
Comparação entre os dados da Classificação por Idades e Discriminação por Classes – Bananal

Condição social	Sexo	Total Tabella No.5 Classificação por idades	Total Appendice Tabella No.5 Discriminação por classes
Livres	Homem	1.551	2.451
	Mulher	1.687	2.469
	Total	3.238	4.920
Escravos	Homem	2.441	1.249
	Mulher	1.029	430
	Total	3.470	1.679
Total geral		6.708	6.599

elevadíssimo número de viúvos para Jacareí (2.219 viúvos para uma população de 8.245 habitantes, ou seja, 27% da população era viúva). Para os demais, esta proporção era muito menor, não ultrapassando os dois dígitos; no conjunto dos 46 municípios analisados, em 41 deles a proporção de viúvos não alcançou 5%. Esta comparação nos leva a concluir que a informação para Jacareí, muito provavelmente, está incorreta.

Comparando os totais da *Tabella nº 5 – População da Província – Cidades e Villas – Classificação por Idades* com os da “continuação” do *Appendice á Tabella nº 5 – População da Província – Discriminação por Classes*, que deveriam coincidir, observamos, com muito desapontamento, discrepância entre os números. Os dados de Bananal, que utilizamos como exemplo neste trabalho, confirmam esta desigualdade entre resultados que deveriam coincidir.

A discrepância observada para Bananal ocorre, com maior ou menor grau de intensidade, em todos os municípios, sem exceção. É interessante observar, no entanto, com relação ao total geral da população (livre + escrava) de cada município, que este não coincide em apenas 12 municípios, sendo um do atual Estado do Paraná. Em virtude dessas inconsistências, e por sabermos que as informações “por cor” até hoje são problemáticas, e acreditarmos que na “classificação por idades” a probabilidade de erros provavelmente é menor, sugerimos ao usuário do *Ensaio* evitar o uso dos dados agregados em *Discriminação por Classes*, que enumera a

população segundo as categorias “brancos”, “índios”, “pardos livres”, “pardos cativos”, “pretos crioulos livres”, “pretos crioulos cativos”, “pretos africanos livres” e “pretos africanos cativos”.

Na *Tabella nº 6 – Casualidades da População* e no *Appendice á Tabella nº 6 – Classificação dos Nascimentos e Óbitos por Sexos*, observamos também discrepância entre os totais de vários municípios para os quais aqueles deviam coincidir. Verificamos ainda a troca de informações entre os municípios de Araraquara e Campinas na *Classificação dos Nascimentos e Classificação dos Óbitos* e que, como nos mostra a nota de rodapé do *Ensaio*, não existem informações sobre os registros vitais desagregados por sexo e condição social para a freguesia da Sé. Conseqüentemente, os resultados que consideram estas variáveis para a Cidade de São Paulo são parciais.

Uma outra forma de conhecer as incoerências e inconsistências dos dados foi tentar comparar as informações publicadas no *Ensaio* com aquelas poucas já disponibilizadas pelo projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), denominado “Levantamento, digitação e publicação das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania e da Província de São Paulo”, relativas a seis municípios: Guaratinguetá, Bragança [Paulista], Jundiá, São Carlos (atual Campinas), Cananéia e Itanhaém. Tais informações estão disponíveis por condição social, segundo sexo, idade e estado conjugal¹⁷.

¹⁷ Agradecemos ao professor dr. Tarcísio R. Botelho, coordenador do projeto, a disponibilidade destes dados para nossa análise.

QUADRO 3
Comparação entre o total da população de sete municípios do *Ensaio* e do levantamento IPEA, segundo sexo e condição social

Município	Condição Social	População - <i>Ensaio</i>			População - levantamento IPEA		
		Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Guaratinguetá	livre	2.672	2.729	5.401	1.609	1.675	3.284
	escrava	1.064	1.193	2.257	1.225	821	2.046
	total	3.736	3.922	7.658	2.834	2.496	5.330
Bragança P.	livre	4.539	4.711	9.250	791	794	1.585
	escrava	1.335	1.033	2.368	1.152	890	2.042
	total	5.874	5.744	11.618	1.943	1.684	3.627
Jundiaí	livre	1.822	1.912	3.734	1.049	1.221	2.260
	escrava	1.018	1.033	2.051	1.410	843	2.253
	total	2.840	2.945	5.885*	2.459	2.064	4.523
São Carlos (Campinas)	livre	1.350	1.422	2.772	1.238	1.141	2.379
	escrava	1.952	1.965	3.917	3.024	1.315	4.339
	total	3.302	3.387	6.689	4.262	2.456	6.718
Cananéia	livre	599	534	1.133	617	669	1.286
	escrava	238	256	494	265	192	457
	total	837	790	1.627	882	861	1.743
Itanhaém	livre	384	413	797	274	312	586
	escrava	118	131	249	120	112	232
	total	502	544	1.046	394	424	818

* Há erro de transcrição ou agregação, pois a soma correta dá 5.785. Um primeiro olhar nos dados dá a impressão de que faltam 100 mulheres livres na faixa etária de 20 a 30 anos.

Como se pode ver, o cotejo dos números indica algumas discrepâncias. Um primeiro problema é a perda, ao longo dos anos, de trechos do levantamento original de 1836, conforme foi constatado pelo projeto desenvolvido pelo IPEA no processo de digitação dos resultados deste censo, a partir dos manuscritos originais depositados no Arquivo do Estado de São Paulo¹⁸. É o caso, aparentemente, dos manuscritos referentes a Guaratinguetá (listas de dois quarteirões desaparecidas, de um total de 18) e Bragança Paulista (listas de 16 quarteirões desaparecidas, de um total de 49), dentre outros.

Para alguns municípios, no entanto, o problema é de ordem diversa. Jundiaí, por exemplo, apesar de contar com seu censo inteiramente preservado, teve contabilizado, via digitação, tão-somente 4.523 habitantes, contra o total de 5.785 do *Ensaio*. Cananéia, por seu turno, apesar de ter a listagem de um de seus 14 quarteirões perdida, contabilizou 1.743 moradores, contra somente 1.627 informados por Müller.

Divergências de tal ordem não parecem ser fruto apenas de erros de tabulação ou de impressão. Embora não saibamos quais foram os procedimentos de trabalho da eventual equipe dedicada ao censo, a observação dos manuscritos originais indica divisões administrativas distintas daquelas publicadas por Müller. Aparentemente, este optou, em alguns casos, por ignorar a ordenação original das listas de censo encaminhadas pelos próprios municípios, impondo uma nova ordenação. Para o segundo distrito de Moji das Cruzes, referente ao povoado de Nossa Senhora da Escada, a despeito de suas listas indicarem claramente a repartição da população em 11 quarteirões, Müller publica somente sete quarteirões, considerando os quatro restantes como parte do primeiro distrito da Vila.

Contudo, ainda que o cotejo dos números do censo publicado com os números de seus originais deixe claro que há problemas, mesmo assim não podemos descartar, pura e simplesmente, de modo

¹⁸ Lamentavelmente, o Arquivo do Estado de São Paulo tem uma tradição, descrita em detalhes nos relatórios de seus diretores ao longo do século XIX, de perder documentos pelo mau estado de suas instalações e por infestações de pragas.

automático, os dados de Müller. É evidente que os problemas não são gerais, e há municípios cujos dados estão bem mais uniformes. De qualquer maneira, é preciso, acima de tudo, efetuar uma profunda análise de todas as variáveis disponíveis, checando sua confiabilidade.

Com relação ao censo de 1854, o documento original dá o total apenas na linha, ou seja, o total da população para cada uma das cidades, vilas, freguesias e capelas curadas, inexistindo, nesse documento, totais para as colunas, uma vez que há muitas localidades sem informação. Portanto, os totais para a Província que podem ser calculados serão sempre parciais.

Nas suas *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje* (1870), Joaquim Norberto de Souza e Silva enumera outras dificuldades apresentadas pelo levantamento populacional de 1854:

O mappa da população organizado pelo Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira resente-se do defeito de sua enorme extensão e do methodo que seguiu, e no qual encontrão-se apenas as sommas dos habitantes de cada povoação, faltando a sua totalidade. Dividindo o mappa por idades, abriu casas a cada decennio para individuos segundo as condições, sujeitando-as aos estados e estes aos sexos, com o que alongou demasiadamente o trabalho, e até contemplou logares para casados e viuvos á idade do primeiro decennio! Deixou de dar as sommas necessarias, e a recapitulação, que tornaria o quadro muito mais synoptico. Para resumil-o a taes proporções seria necessario o emprego de muitas horas de afanosa tarefa, e falta-me para isso o preciso tempo; limitei-me pois a reunir as sommas das diversas povoações para chegar ao conhecimento de que a totalidade dos habitantes importou em 416.649; creio porém que o illustrado Brigadeiro no seu relatório, que não pude vêr, faz estender-se esse numero a 564.374 individuos, como consta de outro escrito seu publicado posteriormente. (Silva, 1986 [1870], p. 108)

Atentos a essas observações, recalculamos as somas do total apresentado no

documento original para as diferentes povoações, encontrando um total de 419.009 habitantes. Acreditando, no entanto, na existência de erros de agregação nos valores publicados de cada variável para cada localidade, voltamos ao documento original, verificando a possibilidade de realizar as possíveis correções. Procedendo dessa forma, chegamos a um total de 418.532 pessoas recenseadas, ou seja, 477 menos que o total apresentado no documento original.

Comparando os totais das linhas de dados no documento original com os que calculamos, encontramos que, em 15 localidades, esses totais não coincidem, sendo que as diferenças, na maior parte dos casos, são de uma ou duas unidades (a maior diferença encontrada foi de 12 unidades).

Para o censo de 1886 adotamos, com vistas a verificar a existência de inconsistências no levantamento, procedimento semelhante aos anteriores. Verificamos que, no conjunto de todos os quadros, ocorreram 43 casos em que os totais recalculados não coincidiram com os do documento original (Quadro 4).

Uma avaliação mais detalhada, observando a confiabilidade dos dados censitários, será possível oportunamente, a partir de uma série de outros procedimentos, tais como:

- a análise das pirâmides etárias, uma vez que por meio delas e do conhecimento que temos do contexto histórico podemos detectar qual segmento da população foi sub ou sobrenumerado;
- a comparação, de modo mais acurado, dos quadros e tabelas contidos em cada um desses levantamentos, e desses entre si;
- a confrontação com outros documentos de época;
- a utilização dos recursos que a própria Demografia, a Matemática e a Estatística colocam à nossa disposição.

QUADRO 4
Municípios ou paróquias que tiveram erros encontrados e as informações corrigidas no levantamento de 1886

<i>Município</i>	<i>Paróquia</i>	<i>Segmento da População</i>	<i>Total no Doc. Original</i>	<i>Total Corrigido</i>
Silveiras	Nossa Senhora do Sapé	População Total	15.605	3.636
Jacareí		Católicos	10.514	10.544
Cananéia		6 a 15 anos	1.535	1.555
Itapetininga		16 a 30 anos	3.164	3.161
Paraibuna		31 a 50 anos	2.636	2.646
São Carlos		16 a 30 anos	4.765	4.735
São Paulo		16 a 30 anos	1.555	15.155
Caconde		Estrangeiros Africanos	280	300
Cananéia		Brasileiros	5.314	5.334
Cunha		Estrangeiros Italianos	88	188
Jambeiro		Brasileiros	4.678	4.673
Limeira		Brasileiros	14.913	14.269
Pirassununga		Brasileiros	10.086	14.837
Salesópolis		Brasileiros	6.426	6.126
São José dos Campos		Brasileiros	17.797	17.804
Taubaté		Estrangeiros Italianos	124	130
Cananéia		População Total	5.335	5.355
Indaiatuba	Nossa Sra. da Candelária	Óbitos-1884-85	122	142
Rio Claro	Nossa Sra. da Conceição de Itaqueri	Nascimentos-1883-84	113	103
Santos	Nossa Sra. do Rosário	Casamentos-1883-84	104	84
		Casamentos-1884-85	97	77
São Pedro	São Pedro	Casamentos-1885-86	29	34
Sorocaba	Nossa Sra. da Ponte	Casamentos-1883-84	103	130
Capivari	São João Batista	Óbitos-por ano	116	316
Guaratinguetá	Santo Antonio	Óbitos-por ano	771	758
Santa Cruz do Rio Pardo	Santa Cruz	Nascimentos-por ano	215	235
Sorocaba	Nossa Sra. da Ponte	Óbitos-por ano	176	364
Mococa	São Sebastião	Sexo Feminino	58	48
Capão Bonito	Nossa Senhora	Meses	7	17
		1 a 5 anos	3	13
		6 a 15 anos	1	4
Capivari		Estado Civil-Solteiro	1.205	1.195
Caraguatatuba		Número	423	43
Santa Rita do Passa Quatro		Estado Civil-Solteiro	762	760
São José do Barreiro		Estado Civil-Solteiro	1.573	1.563
São Luís do Paraitinga		Domicílio-Rural	874	872
São Paulo		Estado Civil-Casado	2	12
Sorocaba		Domicílio-Rural	807	817
Areias		Existentes-Mulheres	349	309
Atibaia		Existentes-Mulheres	233	253
Itapeva		Existentes-Homens	240	264
		Existentes-Mulheres	264	285
Capivari		Suecos-Homem	226	221

Nota: O critério adotado para verificar a existência de erros de soma e/ou transcrição e para corrigir (ou pelo menos minimizar) os erros encontrados foi: 1. Refazer todas as somas dos valores das diferentes variáveis; 2. Cruzar os resultados obtidos, assim como estes e os apresentados pelas diferentes tabelas de cada uma das paróquias recenseadas; 3. Nos casos em que o procedimento anterior não permitiu a localização exata do erro e a respectiva correção foi adotado, como alternativa, o procedimento estatístico de diminuir ou acrescentar unidade(s) ao número que continha o valor mais alto da variável, uniformizando desta forma os totais e evitando maiores distorções nos cálculos realizados.

À guisa de conclusão

Esta visão panorâmica dos três censos da Província de São Paulo possibilita perceber que, ao longo de todo o Império, os homens públicos que a governaram permaneceram a repetir, grosso modo, um mesmo discurso que alertava para a

importância dos levantamentos estatísticos, fundamentais para o bem governar. Conhecer a população, a economia, as riquezas da terra, enfim, era visto como condição básica para administrar uma província que se enriquecia a olhos vistos.

Nos três censos aqui tratados, seus idealizadores e realizadores insistiram

nesse discurso, a justificar as despesas com tamanha empreitada, o envolvimento de funcionários nos quatro cantos do território desbravado e um extenso planejamento. Levados a efeito, os censos mostraram-se claramente pontilhados de problemas em seu nascedouro, no mais das vezes provocados por dificuldades burocráticas e, por que não, políticas para convencer a quem de direito a coletar e declarar as informações cobradas. Lacunas e números duvidosos foram percebidos e comentados, apoiando a tese, sempre reiterada, de que tais censos não podiam se resumir a tentativas isoladas, mas que deviam se tornar uma rotina, a ser instituída mediante uma organização permanente.

Apesar de sempre destacada, essa orientação jamais foi inteiramente implementada em São Paulo durante o Império. A necessidade de se formular, a cada censo, um procedimento burocrático que garantisse sua efetivação comprova que jamais se logrou formalizar um órgão que disso se incumbisse. As chamadas comissões nascem e morrem em função de um censo, e nada mais. Curiosamente, a constatação de erros e de lacunas, evidentes à época, não foi suficiente para garantir procedimentos e rotinas de coleta de dados estatísticos que viessem a melhorar e corrigir, a curto prazo, as informações disponíveis. Podemos supor, nesse sentido, que a alta rotatividade de ocupantes da Presidência da Província, alternando as prioridades políticas e orçamentárias governamentais, esteja de alguma maneira relacionada à falta de continuidade dos projetos de levantamentos estatísticos mais abrangentes.

Deste modo, estes censos surgem de maneira autônoma, de um esforço político-administrativo isolado, no mais das vezes solicitando o trabalho gratuito da Igreja e de funcionários públicos locais, e tendo como conseqüência a inequívoca má

vontade desses recenseadores em promover uma tarefa que lhes sobre-carregava, mas não remunerava. Além disso, algumas comissões censitárias municipais, responsáveis pelos censos de 1886, comandadas por homens da elite local, acabaram por não enviar os dados solicitados, mesmo quando da reiteração da ordem nesse sentido pelo presidente da Província, deixando-nos a suspeitar de boicotes políticos entre facções rivais.

Estas “dificuldades de percurso” na elaboração dos censos devem deixar o pesquisador de sobreaviso. Nossas recontagens dos números evidenciaram erros e confusões na agregação e na edição dos números que, embora nem sempre sejam graves, não podem passar despercebidos. Por outro lado, os resultados do projeto desenvolvido pelo IPEA relativamente ao censo de 1836 indicaram problemas de outra natureza, de agregação de dados das fontes originais, que igualmente merecerão uma análise mais aprofundada após todos os registros originais haverem sido digitados e abertos à consulta, meta final do referido projeto.

Portanto, faz-se necessário, com referência a estes censos, um maior investimento na análise crítica dos dados, município a município, variável por variável, e na análise de como foram realizados, garantindo-se, assim, uma maior confiabilidade dos mesmos. Apesar dos erros constatados, os dados não devem ser descartados, pois além de serem os únicos existentes para a Província de São Paulo nesse período, há evidências de que em alguns municípios as informações foram mais bem coletadas. Caberá, então, ao pesquisador detectar a maior ou menor qualidade desses censos, mediante análises sérias e refinadas, evitando-se o comodismo, recorrente até hoje, de utilizar os dados publicados sem qualquer crítica prévia.

Referências bibliográficas

BOTELHO, T. R. **População e nação no Brasil do século XIX**. São Paulo: Departamento de História/FFLCH/USP, 1999. 244p.

CAMARGO, J. F. **Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. São Paulo: IPE/USP, 1981. 297p.

LOWRIE, S. H. Fontes bibliográficas das estatísticas de população no Estado de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, vol. LIV, p. 43-56, fev.1939.

LUNA, F. V. **Observações sobre os dados de produção apresentados por Müller**.

Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd24/fvl.pdf>. Acesso em: 8 maio 2002.

MARCÍLIO, M. L. **A cidade de São Paulo: povoamento e população. 1750-1850**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista – 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

SILVA, J. N. de S. e. **Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje**. Edição *fac-similar* [1ª ed. 1870]. São Paulo: IPE/USP, 1986.

ANEXO 1

Índice do Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837

Parte Primeira: Estatística Geographica e Natural

Capítulo I – Resumo Histórico. Geographia Descriptiva. Geographia Phisica. Produções dos Reinos Animal, Vegetal, e Mineral. Solo e agricultura.

Parte Segunda: Estatística Política e Civil

Capítulo I – Povoações. Seus Districtos. Edificios publicos. Administração Judicial, e Productos em geral.

Capítulo II – População em geral e particular. Seu movimento. Historia Judiciária.

Capítulo III – Governo. Finanças. Estado Militar.

Capítulo IV – Commercio. Importação e Exportação, Fabricas. Manufacturas. Estradas. Transportes.

Capítulo V – Religião. Divisão Ecclesiastica. Conventos. Irmandades e Confrarias.

Capítulo VI – Curso Jurídico. Seminário. Escolas.

Índice das Tabellas

Primeira Parte:

Povoações

O preço dos Generos

Os productos

Estabelecimentos de Cultura

Segunda Parte:

Mappa da População

Cazualidades da população

Historia Judiciaria

Distancias dos recursos Judiciaes

Finanças

Mappa da Tropa 1ª Linha

Dicto das Guardas Nacionaes

Exportação e Importação Marítima

Dicta dos Portos Seccos

Manufacturas

Artes e Officios

Itinerário das Estradas

Sahidas e entradas de Embarcações

Divisão Ecclesiástica

Conventos, Confrarias, e Irmandades

Curso Jurídico

Estabelecimentos Publicos de

Instrucção

Aulas e Escollas

ANEXO 2

Quadro 1
Comarca, Cidades e Villas da Província de São Paulo. 1836

<i>Comarca</i>	<i>Cidade e Villas</i>
1ª	Bananal, Áreas, Lorena, Guaratinguetá, Cunha, Taubaté, Pindamonhangaba, S. Luiz do Paraitinga.
2ª	S. José [atual São José dos Campos], Jacarehy, Parahibuna, Mogy das Cruzes, Santa Izabel, Cidade [São Paulo], Santo Amaro, Paranaíba [atual Santana de Parnaíba], Bragança [atual Bragança Paulista], Atibaia.
3ª	Jundiahy, S. Carlos [atual Campinas], Mogi-Mirim, Franca do Imperador.
4ª	Ytú, Capivary, Porto-Feliz, Constituição [atual Piracicaba], Araraquara, S. Roque, Sorocaba, Itapetininga, Itapeva, Apiahy.
5ª [Paraná]	Castro, Curitiba, Nova do Príncipe [atual Lapa], Guaratuba, Paranaguá, Antonina
6ª	Iguape, Cananéa, Itanhaen, S. Vicente, Santos, S. Sebastião, Bella da Princeza (atual Ilhabela), Ubatuba.

Fonte: D. P. Müller, *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. São Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1938.

Quadro 2
Freguezias da Cidade [São Paulo] 1836

Freguezia da Sé
Freguezia de Santa Iphegenia
Freguezia do Braz
Freguezia dos Guarulhos
Freguezia de Nossa Senhora do Ó
Freguezia da Cutia
Freguezia de Nossa Senhora da Penha
Freguezia de S. Bernardo
Freguezia de Juquery
Capela Curada de Mboy

Fonte: D. P. Müller, *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. São Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1938.

Abstract

In the period characterized by the transition from slave to free labor and by the expansion of the coffee plantations, several attempts were made to count the population at that time and obtain more accurate statistics for the then Province (now State) of São Paulo, Brazil. Three of these attempts, namely, the regional censuses of 1836, 1854/55, and 1886 were published. The present study aims at analyzing the contents of these censuses, the thinking of government authorities and those appointed to perform them, the benefits and difficulties related to them.

Enviado para publicação em 15/08/2002.